

VI. ANÁLISE DE CONFLITOS

6.1 OBJETIVOS

Os objetivos do presente capítulo foram estabelecidos com base no Termo de Referência para a Avaliação Ambiental Estratégica – AAE da sub-bacia do rio Verde emitido pelo IMAP em dezembro de 2005, mais especificamente o item 3.4 - Conflitos.

De acordo com o Termo de Referência e o Plano de Trabalho apresentado pela Consultora no início dos trabalhos, os conflitos a serem considerados podem ser aqueles já existentes, que independem de empreendimentos hidrelétricos, ou potenciais, que podem ocorrer ou se agravar com a implantação e operação de aproveitamentos hidrelétricos.

Os conflitos existentes que independem da implementação de futuros aproveitamentos hidrelétricos foram identificados durante a elaboração da caracterização ambiental, principalmente nas etapas de campo e nas reuniões técnicas realizadas entre a equipe responsável pela elaboração da presente Avaliação Ambiental Estratégica que esteve em campo desenvolvendo trabalhos.

Além disso, no decorrer dos estudos foram feitos contatos com representantes das prefeituras dos municípios da região, procurando sempre um representante da área de meio ambiente e/ou desenvolvimento, conforme citação no item 6.2.2.4 do presente capítulo.

Essa avaliação dos conflitos existentes baseia-se em alguns temas específicos, tais como: perspectivas de desenvolvimento econômico e urbano; restrições ambientais, legais e de acesso à terra; usos múltiplos dos recursos hídricos; áreas de relevância cultural para a população; áreas de desenvolvimento turístico; etc.

Já os conflitos potenciais são aqueles que, de alguma forma, surgiriam e/ou se agravariam com a introdução dos empreendimentos hidrelétricos. Hipoteticamente, diversos fatores podem ocasionar esses conflitos e no presente capítulo será feita uma abordagem de cada um deles para verificar quais os casos que se aplicam na sub-bacia do rio Verde, ou seja, que podem desencadear um conflito.

Outros instrumentos importantes utilizados para verificar tanto os conflitos existentes e potenciais nessa sub-bacia são citados no item 6.2.2 do presente capítulo, incluindo o Seminário de Participação Pública realizado no dia 21 de junho de 2007, no qual foram coletadas, por meio de formulários preenchidos entre os presentes, informações relevantes

com relação a esse tema, apresentadas no decorrer do presente capítulo, assim como no anexo desta Avaliação Ambiental Estratégica.

6.2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

6.2.1 Caracterização do Conflito

De acordo com BARBANTI JR (2007), estudos sobre conflitos estão entre os mais antigos. Ao longo da história da humanidade, diversos campos do conhecimento, da psicologia à economia, contribuíram para a interpretação das diversas formas de conflitos, seja entre indivíduos, entre grupos sociais e, até mesmo entre Estados.

Nas últimas décadas, constatou-se que uma das tendências com relação ao termo conflito é a sua “setorialização” em referências a aspectos ambientais, principalmente no âmbito das teorias construtivistas de HANNIGAN (1995) e FUCKS (1996) que procuram explicar a existência do conflito ambiental a partir da construção de uma percepção social. Ou seja, um conflito não é algo dado em si, mas sim construído nas relações sociais.

Nesse sentido, os conflitos ambientais ocorrem a partir da apropriação de recursos naturais por meio de diferentes formas por determinados grupos sociais de modo que afete diretamente a forma de apropriação do mesmo recurso por outros grupos sociais. Desse modo, esse conflitos podem ser entendidos como expressão de tensões na reprodução dos modelos de desenvolvimento.

Diante da desigualdade socioambiental que prevalece no Brasil, caso não houvesse instrumentos legais, os interesses de grupos de maior poder social e econômico poderiam acabar prevalecendo em qualquer situação de conflito, resultando na transferência dos principais custos ambientais para grupos com menos força nas esferas de decisão.

Neste contexto, a formação de reservatórios de diferentes dimensões destinados aos projetos hidrelétricos pode gerar ou intensificar disputas relacionadas a outros usos das águas por grupos sociais distintos, não relacionados à questão da produção de energia, como a navegação, a pesca, o abastecimento de água, a agricultura, dessedentação de animais, entre outros.

A caracterização de um conflito como sendo exclusivamente “ambiental” implica em um recorte que pode significar a exclusão de outras categorizações relevantes. Conflitos como, por exemplo, a extração ilegal de madeira numa reserva indígena por ex-trabalhadores

rurais sem terra, pode envolver questões agrárias, trabalhistas, além de várias outras de maior complexidade.

Portanto, mesmo quando o foco principal recai sobre a ótica ambiental, parece mais adequado caracterizá-lo como a conflitos socioambientais de maneira mais ampla. Ou seja, os conflitos socioambientais ocorrem em função de interesses e estratégias diversas na apropriação de recursos naturais, por diferentes atores sociais em um campo de forças, algumas vezes, desiguais.

No período mais recente, os estudos sobre conflitos não se restringiram à conceituação, identificação e análise, mas passaram a incluir a resolução dos mesmos por meio de sua gestão, principalmente durante as etapas de implementação de determinados planos ou projetos.

O histórico do setor elétrico em estudos socioambientais permite a identificação desses conflitos nas diferentes fases dos empreendimentos hidrelétricos, antecipando situações já vivenciadas e buscando formas mais adequadas de enfrentá-los. Até mesmo a simples perspectiva de futuro aproveitamento para fins de geração hidrelétrica já se torna um fator que trás à tona potenciais conflitos.

O presente capítulo da AAE da sub-bacia do rio Verde não tem a pretensão de criar uma nova teoria de conflitos, e tampouco fazer a defesa de uma das linhas de pesquisa sobre esta questão, mas busca ampliar a visão que se tem sobre o processo de desenvolvimento previsto e atender à solicitação do Termo de Referência (TR) que estabelece os potenciais conflitos como:

“os problemas que de alguma forma se agravariam e/ou surgiriam com a introdução dos empreendimentos hidrelétricos e estão relacionados com a socioeconomia, e os ecossistemas terrestres e aquáticos.”

Sabe-se que conflitos são dinâmicos e se manifestam das mais diversas formas, mesmo na sub-bacia do rio Verde onde a ocupação humana apresenta-se bem dispersa e densidade demográfica é baixíssima.

Cabe enfatizar ainda que, no escopo do presente estudo, a identificação de um impacto não significa necessariamente que há um conflito. Considera-se que os conflitos só ocorrerão se um impacto ambiental ou social (existente ou potencial) for identificado e apontado por um ator social (comunidades tradicionais, ONG's, representantes de instituições científicas e/ou

governamentais, instituições de pesquisa, entre outros) que se encarregue de “trazer à tona” o problema, promovendo o debate público. Por isso o contato com diversas entidades tal como citado no item 6.2.2, além da organização de Seminário de Consulta Pública, tornaram-se instrumentos muito relevantes para identificação de conflitos.

Com relação às condições de desenvolvimento regional, os conflitos podem surgir em decorrência da interferência dos empreendimentos hidrelétricos, caso sejam apontados por esses atores sociais.

Enfim, a partir do conhecimento sobre os conflitos em diversas formas, a AAE para fins hidrelétricos da sub-bacia do rio Verde procura servir como instrumento para ser utilizado na gestão desses conflitos por parte dos diversos atores envolvidos, ou seja, a sociedade civil, o Estado, a população local e os empreendedores, visando atenuá-los e preveni-los na medida do possível, principalmente a partir da sua identificação na fase de planejamento, etapa mais adequada para tratar antecipadamente desses conflitos.

6.2.2 Fases e Fontes do Trabalho

Diante da complexidade de um estudo dessa natureza, estabeleceu-se como procedimento de trabalho a realização de consultas, contando com a participação pública, para a identificação de “conflitos” e “atores sociais”.

Nesse sentido, para proceder essas consultas, foram realizados alguns eventos, conforme previsto no Plano de Trabalho:

6.2.2.1 Reuniões Técnicas com a comunidade técnico-científica

Com o objetivo de incorporar ao trabalho pesquisas de campo desenvolvidas na sub-bacia do rio Verde e discussões acerca dos resultados das pesquisas apresentados até o momento, a equipe da SOMA optou por envolver profissionais sediados no estado do Mato Grosso do Sul na elaboração de pesquisas de campo necessárias ao bom andamento dos estudos e realizar reuniões com esses profissionais para verificar os principais aspectos técnicos de cada área na sub-bacia do rio Verde. Essas reuniões visaram, também, colher subsídios para a revisão e a continuidade das atividades e realizaram-se principalmente em Campo Grande e Três Lagoas, no âmbito das Universidades e outros importantes centros de pesquisa.

Desse modo, para cada especialidade, foram contratados os seguintes especialistas:

- Patrimônio arqueológico

Foram contratados os professores Gilson Rodolfo Martins e Emília Mariko Kashimoto, especialistas doutores ligados à Universidade Federal do Mato Grosso do Sul – UFMS que tinham sido responsáveis pela elaboração do projeto de arqueologia decorrente da implantação do Gasoduto Brasil-Bolívia, que corta a sub-bacia do rio Verde.

- Fauna Terrestre

Contratação da equipe da empresa Fibra, sediada em Campo Grande, sob a coordenação dos biólogos MSc. José Carlos C. dos Santos e MSc. José Milton Longo. Essa equipe já desenvolveu levantamentos de fauna em diversas regiões do estado e, inclusive, conta com artigos publicados decorrentes de trabalhos desenvolvidos em sub-bacias vizinhas que certamente contribuiu para a consolidação do trabalho desenvolvido, além do levantamento de campo propriamente dito.

- Ictiofauna

Para a realização dos estudos de ictiofauna foram feitas diversas reuniões que culminaram com a contratação da equipe coordenada pela Profa. Dra. Maria José Vilela, especialista de ictiofauna, do campus de Três Lagoas (município que faz parte da sub-bacia do rio Verde) da UFMS.

- Qualidade das águas e limnologia

Reuniões e contratação da equipe do laboratório LAQUA da UFMS, coordenada pelos profissionais Prof. José Luis Gonçalves e Prof. Dr. William Marcos da Silva, ambos com grande experiência em levantamentos no estado do Mato Grosso do Sul.

No desenvolvimento dos trabalhos, além da contratação, a equipe que coordenou os trabalhos referentes à Avaliação Ambiental Estratégica da sub-bacia do rio Verde fez diversas reuniões com esses profissionais altamente gabaritados visando obter maior subsídio para identificação de eventuais restrições.

6.2.2.2 Seminários Técnicos com os órgãos envolvidos diretamente na análise do presente estudo, principalmente ligados à agência ambiental do Mato Grosso do Sul.

Em outubro de 2006 foi realizado o primeiro seminário técnico para apresentação do Plano de Trabalho.

Em abril de 2007 foi realizado o segundo seminário técnico com o objetivo de apresentar os resultados preliminares da caracterização ambiental.

Em novembro de 2007, após o protocolo da primeira versão da AAE da Sub-bacia do rio Verde, foi realizada uma apresentação no IMASUL para toda a equipe técnica do órgão ambiental, contando com a participação de professores e pesquisadores ligados à universidades de Mato Grosso do Sul.

Em fevereiro de 2008, teve uma reunião realizada em Curitiba entra a equipe técnica do IMASUL envolvida na análise da versão preliminar da AAE da sub-bacia do rio Verde, e a equipe da SOMA, responsável pela elaboração do presente estudo. Nessa reunião decidiu-se que seriam feitas algumas adequações nas partes referentes à Análise de Conflito (presente capítulo), Avaliação Ambiental Distribuída e nos mapas resultantes de fragilidade e criticidade.

6.2.2.3 Seminários de Consulta Pública

No dia 21 de junho de 2007, após a realização da vistoria por parte da equipe do IMASUL, a SOMA - Soluções em Meio Ambiente organizou um seminário de consulta pública em Água Clara como o objetivo de apresentar resultados preliminares da AAE da sub-bacia do rio Verde para a população local, seus representantes e para a sociedade civil organizada.

A escolha desse município ocorreu devido ao fato de ser o único da sub-bacia do rio Verde cuja sede localiza-se inteiramente dentro de seus limites, inclusive às margens do rio Verde. Detalhes sobre esse evento estão apresentados no item 6.2.3 do presente capítulo.

6.2.2.4 Contatos com representantes do poder público municipal

Com objetivo de identificar possíveis conflitos de uso atuais ou potenciais, assim como mensurar a receptividade à implementação de aproveitamentos hidrelétricos no rio Verde, foram realizados contatos com os seguintes representantes das prefeituras dos municípios da região, procurando sempre um representante da área de meio ambiente e/ou desenvolvimento, conforme estruturação de cada prefeitura.

- Água Clara: Roberto Freitas Vasconcelos, Chefe de gabinete da Prefeitura;
- Brasilândia: Aderildo Bueno da Cunha, Depto. de Meio Ambiente, Sec. Municipal de Agricultura;
- Camapuã: Saturnino, Secretaria de Agricultura
- Ribas do Rio Pardo: Elso Miguel Dias Pereira, Gerente Geral de Finanças;
- Três Lagoas: Cristóvão Canela, Secretaria de Administração, Indústria, Comércio, Turismo, Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente.

Através desses contatos, constatou-se que não há grandes conflitos existentes ou potenciais relacionados diretamente às águas do rio Verde. Como quatro dos cinco municípios localizam-se longe do rio Verde, não é de se estranhar que esses municípios não usem as águas desse rio para alguma finalidade ou tenham alguma programação específica.

Por outro lado, em Água Clara, cuja sede fica ao lado do rio Verde, o abastecimento de água, conforme foi verificado, é feito através de poços artesianos e não há captação de águas do rio Verde e nem despejo de resíduos líquidos formal.

Todos esses eventos contribuíram para identificar conflitos e aprimorar a metodologia aplicada no presente estudo. Através dessas etapas, os técnicos e representantes de diversas instituições convidadas abordaram suas preocupações, dúvidas e expectativas em relação ao presente estudo, seja de forma oral, seja escrita.

Esse *feedback*, formal (formulários) ou informal (reuniões e seminários), foi fundamental para identificação de possíveis conflitos e serviram de subsídio para os resultados apresentados no presente estudo, na medida em que foram incorporadas as informações obtidas ao banco de dados referentes à etapa de Caracterização Ambiental.

Os conflitos referentes àqueles que independem da implantação de empreendimentos hidrelétricos servem como pano de fundo para a compreensão dos conflitos mapeados junto à população quando da realização dos Seminários para Consultas Públicas, quando os “Potenciais conflitos pelo uso do solo e da água” puderam se manifestar. Somadas, essas informações permitem traçar o quadro de conflitos da região.

Antes de especificar os conflitos atuais e potenciais da sub-bacia do rio Verde, o próximo item aborda com maior nível de detalhamento o seminário de consulta pública.

6.2.3 Seminário de Consulta Pública

No dia 21 de junho de 2007, após ampla divulgação em rádio, convites por email, pelo correio e contato telefônico com diversas entidades da sociedade civil e governamentais dos municípios da sub-bacia do rio Verde e do Estado do Mato Grosso do Sul, foi realizado no município de Água Clara o Seminário de Consulta Pública. O anexo 2 (capítulo XI do presente estudo) apresenta uma cópia do convite encaminhado via email ou pelo correio para as entidades.

Nesse seminário foram formalmente convidadas as seguintes entidades demonstradas nas tabelas abaixo de acordo com cada município ou ainda aquelas que se referem ao Mato Grosso do Sul:

Mato Grosso do Sul / Brasil
Superintendência do INCRA
ASSOMASUL
Ministério Público Estadual
Ministério Público Federal
Regional da FUNAI
Polícia Militar Ambiental
IBAMA

Água Clara
ARA - Associação Ruralista Agua-clarense
Sindicato Rural
Associação Comercial, Industrial e Agropastoril
Loja Maçônica
Rotary Club
Sanesul
Enersul
Iagro
Câmara Municipal
Prefeitura Municipal
Secretaria Mun. de Saúde
Secretaria Mun. de Assistência Social
Secretaria Mun. de Educação
Rádio Amizade FM

Brasilândia
Prefeitura Mun. de Brasilândia
Secretaria Mun. Obras, Transporte e Serviços Públicos
Sindicato dos Trabalhadores Rurais
Câmara de Vereadores
Secretaria Municipal de Educação, Esporte e Cultura
IAGRO

Sindicato Rural

Camapuã

Prefeitura Municipal de Camapuã/MS

Secretaria Municipal de Administração

Secretaria Municipal de Finanças e Planejamento

Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Secretaria Municipal de Saúde Pública

Secretária Municipal de Obras e Serviços Públicos

Câmara Municipal de Vereadores

Gabinete da Prefeitura

Promotoria de Camapuã

Defensoria Pública de Camapuã

Fórum de Camapuã

IAGRO

Sanesul

Enersul

Rotary Club

Sindicato dos Trabalhadores Rurais

Sindicato Rural de Camapuã

APAE de Camapuã

ACRICAM - Associação dos Criadores de Camapuã

Loja Maçônica de Camapuã

COAPUÃ - Cooperativa dos Produtores Agrícola de Camapuã

CARGILL

Rádio FM Araraúna

Rádio FM Cidade

Rádio AM Princesa da Valle de Camapuã

Ribas do Rio Pardo

Prefeitura Municipal de Ribas do Rio Pardo

Secretaria Municipal de Finanças

Rotary Club

Câmara de Vereadores

IAGRO
AGRAER
Radio 90 FM
Sindicato Rural

Três Lagoas
Sindicato Rural de Três Lagoas
Sindicato Trabalhadores Rurais
SENAI
Rotary Club
SEBRAE
Associação Comercial e Industrial de Três Lagoas
UFMS
AEMS
CESP
SANESUL
FIEMS
IAGRO
AGRAER
COMTUR
Org. Unidas
(lixo de Três Lagoas)
Jornal Diário MS
Prefeitura municipal de Três Lagoas
Secretaria de Indústria, Turismo e Meio Ambiente
Secretaria de Finanças e Planejamento
Câmara de Vereadores
Usina Termelétrica de Três Lagoas

Além de representantes dessas entidades, estiveram presentes representantes da população da região, com destaque para professores e pecuaristas, seja de Água Clara, seja de outros municípios, inclusive Camapuã, que fica mais distante do local do evento. O anexo 3 (capítulo XI do presente documento) apresenta a cópia da lista de presença do evento.

Nesse seminário, a SOMA - Soluções em Meio Ambiente apresentou o diagnóstico e abordou aspectos gerais de estudos dessa natureza, já que para a grande maioria, esse estudo é uma novidade.

Durante o evento foi distribuído um folder com informações básicas sobre o objetivo desse estudo, as suas motivações e os resultados esperados. Procurou-se diferenciar o seminário de uma audiência pública, evento necessário para o licenciamento ambiental de um empreendimento hidrelétrico específico, já que o objetivo era justamente poder antecipar conflitos e aspectos relevantes para serem considerados nas etapas posteriores. O anexo 4, demonstrado no capítulo XI do presente documento, apresenta cópia desse folder.

Aproveitou-se a ocasião para coletar, através de um formulário escrito preliminarmente preparado, as dúvidas, impressões e sugestões. Apesar do seminário contar com aproximadamente 50 pessoas, apenas 10 formulários foram entregues ao seu término. O anexo 5 do presente documento apresenta a íntegra de cada questionário sem denominar cada autor e o respectivo contato para evitar que opiniões pessoais sejam divulgadas publicamente de forma nominal.

Vale destacar que apesar de quantitativamente o número de questionários não ter sido muito relevante, qualitativamente contribuiu demais com esse estudo, já que todas as contribuições recebidas formalmente expressam preocupações e manifestações de representantes importantes da sociedade civil, contribuindo ainda no sentido de identificar as entidades que têm maior interesse nesse processo.

A seguir é apresentado o modelo do formulário distribuído entre os participantes e, em seguida um resumo geral das respostas apresentadas.



Avaliação Ambiental Estratégica da sub-bacia do rio Verde
Seminário de Participação Pública – 21 de junho de 2007

Nome _____

Entidade _____

Contato (e-mail, telefone ou endereço) _____

Questões Gerais:

1) Já ouviu falar sobre estudos para licenciamento de alguma usina hidrelétrica na sub-bacia do rio Verde?
SIM () NÃO ()

2) Qual o nível de conhecimento que a sua entidade tem em relação à situação social e ambiental atual da sub-bacia?
Alto () Médio () Baixo ()

3) Tem interesse em acompanhar discussões a respeito de estudos dessa natureza?
SIM () NÃO ()

4) Se sim, de que forma pretende acompanhar?

5) Quais os aspectos positivos e/ou negativos que podem ser ocasionados devido à instalação de usinas hidrelétricas no rio Verde?

6) O espaço a seguir é livre para abordar qualquer assunto relacionado à sub-bacia do rio Verde.

Ao todo, as seguintes entidades deram contribuições importantes através do preenchimento do questionário, conforme pode ser constatado no anexo 5:

- Sindicato Rural de Camapuã
- Sanesul
- Prefeitura Municipal de Água Clara (dois questionários distintos)
- Escola Municipal Márcia C. F. Javarez
- Associação Comercial Industrial Agropastoril Água Clara
- Famasul – Federação de Agricultura e Pecuária do MS
- Prefeitura de Brasilândia – Depto. Municipal de Meio Ambiente
- Polícia Militar Ambiental
- IMASUL – escritório regional de Água Clara.

Ou seja, embora 43 participantes assinaram a lista de presentes, apenas dez (citados acima) resolveram dar um *feedback* através do preenchimento do formulário.

Para a questão nº 1, apenas um participante do seminário, proveniente do município de Camapuã, declarou que nunca ouviu falar em processo de licenciamento de algum empreendimento no rio Verde. Deve-se esclarecer que até o presente momento apenas um dos empreendimentos inventariados, a UH São Domingos, teve seu processo de licenciamento iniciado e que não afeta o município de Camapuã, mas sim de Água Clara e Ribas do Rio Pardo, sendo natural que alguém de outro município não tivesse conhecimento. De modo geral, os participantes têm acompanhado esse processo de alguma forma.

Para a questão nº 2, a maioria (60% dos participantes) declarou que tem conhecimento médio em relação à situação social e ambiental da sub-bacia do rio Verde atualmente. Por outro lado dois participantes declararam que têm alto nível de conhecimento sobre a bacia, e outros dois declararam que têm baixo nível de conhecimento. Percebe-se através do aprofundamento das questões abertas que aqueles que declararam ter alto nível de conhecimento estavam, de fato, com percepções muito coerentes com relação aos temas abordados no seminário, conforme as questões abertas puderam demonstrar.

A questão nº 3, para a qual todos os participantes declararam ter interesse em acompanhar discussões a respeito dessa natureza (o que é natural, já que estavam voluntariamente participando do evento), servia, na verdade, de ligação para a pergunta seguinte, nº 4, que

buscava obter, por parte dos participantes presentes, sugestões quanto à melhor forma para divulgar informações referentes ao tema.

De modo geral, na questão nº 4, todos manifestaram interesse de participar de mais eventos semelhantes como palestras e discussões e serem informados por correio eletrônico (email). O IMASUL, como órgão ambiental que receberá os estudos, foi também lembrado por importante entidade no processo. Um participante manifestou ainda o interesse em disponibilizar informações que pudessem ser úteis ao estudo em questão, principalmente no tocante a dados sobre apreensão de pesca ilegal, que podem ser usados nos processos de licenciamentos de cada um dos aproveitamentos previstos para o rio Verde durante os processos de obtenção de licenças, a serem obtidos na Polícia Militar Ambiental.

A questão nº 5, referente a aspectos positivos e negativos que a instalação de aproveitamentos hidrelétricos pode causar, foi a que apresentou maior diversidade de respostas, evidenciando como a visão em relação a esse tipo de empreendimento varia de acordo com os interesses de cada entidade.

Os aspectos positivos mais salientados referem-se ao desenvolvimento econômico da região, ao crescimento econômico, ao atendimento da necessidade de geração de energia crescente no país e à geração de renda e emprego para os municípios dessa região. Outro aspecto positivo bem lembrado foi em relação à possibilidade de melhoria das condições das estradas de acesso.

Três participantes enfatizaram que a implementação de usinas é necessária à geração de energia, ressaltando que embora esses empreendimentos tenham seus impactos, há meios de minimizá-los corretamente, referindo-se provavelmente aos inúmeros planos e programas ambientais que necessariamente são atrelados à implementação de aproveitamentos hidrelétricos durante o processo de licenciamento ambiental.

Os aspectos negativos mais salientados referem-se ao impacto sobre os recursos naturais (flora, fauna terrestre e aquática), à perda de belezas naturais (cachoeiras) e aos prejuízos para a navegação ao longo do rio. Devido ao impacto causado pela UH Porto Primavera no rio Paraná, a importância para reprodução de peixes foi bem lembrada também, devido muito provavelmente ao fato do rio Verde ser um dos únicos afluentes livres de barragens.

Outro aspecto citado refere-se ao acesso aos reservatórios futuros, representando uma demanda de população local. Entretanto essa demanda só pode ser equacionada de acordo com os critérios legais que regem a matéria, e em conformidade com um plano de uso e

ocupação do entorno de cada eventual reservatório que deverá ser elaborado pelo empreendedor e submetido à aprovação pelo órgão ambiental.

Na questão nº 6, um espaço aberto a livres manifestações, também houve uma grande diversidade de aspectos abordados. Cerca de 40% dos questionários enfatizam a necessidade aprofundar esse processo de divulgação e troca de informações, salientando a importância do evento presente.

Outros aproveitaram para enfatizar algum aspecto que o participante já tinha abordado em questões anteriores, sejam positivos como o desenvolvimento que a inserção de aproveitamentos hidrelétricos poderá trazer para a região, seja negativo, como o impacto que pode causar na ictiofauna. Quanto a essa questão, um dos participantes, integrante de uma instituição que fiscaliza na região, alertou para os impactos mais graves que poderiam ocorrer com a usina próxima ao rio Pombo (UH Baixo Verde), assim como aquela prevista para construção próxima ao município de Água Clara (UH Água Clara).

Alguns participantes aproveitaram para levantar questionamentos bem específicos. Um participante, por exemplo, perguntou sobre o impacto que um reservatório pode ter sobre o sub-solo. Outro participante, perguntou sobre a possibilidade de criação de comitê de bacias (aspecto muito importante) ou ainda sobre o retorno para população após a entrada em operação de aproveitamentos hidrelétricos. Foi ainda questionada a hipótese de se aproveitar as barragens para criar mecanismos de transposição de peixes para espécies que hoje não conseguem superar os obstáculos naturais existentes (cachoeiras). Todas essas questões demonstram que há necessidade de maiores explicações de caráter ecológico sobre a sub-bacia do rio Verde, principalmente em etapas posteriores de licenciamento de eventuais aproveitamentos. Um programa de comunicação social, a ser desenvolvido em conjunto com a implementação de eventual aproveitamento, deverá absorver essas dúvidas para poder atingir o objetivo de ampliar o nível de conhecimento da população em relação aos aproveitamentos hidrelétricos.

Nesse item, optou-se por não individualizar as questões e dúvidas porque o objetivo do presente trabalho é identificar os questionamentos e não personificá-los.

A seguir são apresentadas as fotos do Seminário de Consulta Pública realizado em Água Clara em junho de 2007 a título de ilustração.



Figura 6.2.3.1 – Seminário de Consulta Pública



Figura 6.2.3.2 – Seminário de Consulta Pública



Figura 6.2.3.3 – Conversas durante o Seminário de Consulta Pública



Figura 6.2.3.4 – Seminário de Consulta Pública

6.3 CONFLITOS ATUAIS

Os conflitos atuais referem-se àqueles decorrentes da dinâmica socioambiental da bacia no atual estágio, sem a implementação de empreendimentos hidrelétricos tais como previstos no estudo de inventário e na sua adequação. Para maior aprofundamento dos conflitos socioambientais atualmente existentes na região, foram realizados diversos contatos com representantes de entidades locais.

Conforme foi verificado no decorrer da elaboração do presente estudo, na sub-bacia do rio Verde há forte predomínio das grandes propriedades (maiores que 500 ha) destinadas economicamente à atividade pecuária em primeiro lugar, e ao reflorestamento de pinus e eucaliptos em segundo plano. Por serem atividades que empregam pouca mão de obra, a densidade demográfica em toda sub-bacia é muito reduzida, aspecto que pode minimizar a

emergência de potenciais conflitos decorrentes de implementação de aproveitamentos hidrelétricos.

Devido à implementação de fábricas de papel e celulose em Três Lagoas e Brasilândia (tal como ocorreu recentemente com Fábrica Três Lagoas da International Paper), assim como ao grande número de madeiras existentes principalmente em Ribas do Rio Pardo e Água Clara, foi constatado que há demanda para que novas áreas sejam ocupadas por atividades de reflorestamento. Entretanto, de modo geral trata-se de um processo dinâmico que não causa, necessariamente, algum conflito na região entre outros tipos de ocupação, já que atualmente já se encontra pouco ocupada.

No entanto, não se pode negar que há um processo de alteração de uso do solo no cerrado atual, com acelerado desmatamento que fornece carvão e lenha em abundância. Em algumas localidades, esse desmatamento do cerrado vem sendo praticado em um local com alto potencial de desertificação que poderá causar prejuízos futuros, conforme foi verificado em campo. Além disso, a região da sub-bacia do rio Verde convive freqüentemente com as atividades de queimadas, que no período de seca podem apresentar alto risco de descontrole.

O fato é que devido à baixa ocupação humana dessa bacia, os conflitos existentes atualmente nessa região não são de maior intensidade. Entretanto, isso não significa que não ocorra nenhum problema. Entre o início dos trabalhos (segundo semestre de 2006) e o término (julho de 2007), foram identificados pontos de ocupação de movimentos de sem-terra, reflexo provável do grave conflito agrário que existe na região do pontal do Paranapanema, no oeste do estado de São Paulo, não muito distante dessa região. Esse aspecto se fez notar mais na região de jusante da sub-bacia do rio Verde, em áreas dos municípios de Brasilândia e Três Lagoas, justamente aquela mais próxima à fronteira com o estado de São Paulo.

Outro aspecto que pode ser um elemento de conflito atual refere-se ao grande número de carvoarias em plena atividade, identificado principalmente durante o sobrevôo.

Especificamente com relação a usos dos recursos hídricos, não foi identificado uso intensivo das águas do rio Verde e dos principais tributários, tais como abastecimento para população, muito escassa na região. Água Clara, única sede urbana que está localizada nessa sub-bacia, tem seu abastecimento de água proveniente de cinco poços artesianos em operação, sendo que a SANESUL não utiliza água do rio Verde em nenhum local.

Foi constatado ainda que a água utilizada para dessedentação do gado é proveniente, na maioria dos casos, de açudes formados em pequenos tributários, aproveitando-se da época de chuvas mais intensas (entre outubro e março normalmente) para que sua utilização seja permanente nos períodos de estiagem.

Cabe ainda considerar, entre os conflitos existentes, a influência do remanso do reservatório da UH Sérgio Motta (conhecida como Porto Primavera) na foz do rio Verde, que causou reassentamentos rurais e urbanos em comunidades específicas como a de trabalhadores de olarias, hoje relocadas na área do município de Brasilândia, em regiões afastadas dos principais cursos d'água.

6.4 CONFLITOS POTENCIAIS

Os conflitos potenciais referem-se àqueles que possam surgir em decorrência da implantação de um ou mais empreendimentos hidrelétricos inventariados no rio Verde. Nesse item são listados todos os possíveis conflitos que se enquadram no contexto da sub-bacia do rio Verde, com base nas informações colhidas durante os contatos realizados, assim como na experiência da equipe técnica envolvida na elaboração do presente estudo.

Alguns dos potenciais conflitos diagnosticados podem ter relação direta com algum impacto, mas a ênfase nesse capítulo é a potencialidade de determinado impacto gerar um conflito e não no impacto propriamente dito, que é avaliado no capítulo VIII da presente Avaliação Ambiental Estratégica.

Deve-se enfatizar que embora já haja empresas interessadas nos aproveitamentos inventariados no rio Verde, os empreendedores para empreendimentos acima de 30 MW só poderão ser efetivamente conhecidos após o leilão realizado pela ANEEL, conforme normas vigente do setor elétrico brasileiro que estabelecem que não precisam entrar em leilão apenas as usinas até 30 MW de potência instalada, denominadas formalmente de PCHs e cujas áreas de alagamento também costuma ser menor. De acordo com a Revisão do Inventário Hidrelétrico do rio Verde, os aproveitamentos denominados Verde 4, Verde 4A, Verde 5A e Verde 5 enquadram-se nessa categoria.

Outro aspecto a ser considerado é que nessa sub-bacia, hoje, só existem pequenos aproveitamentos, denominados micro-centrais hidrelétricas, que abastecem uma ou outra propriedade isolada. Essa questão também merece atenção especial.

Além dos conflitos potenciais citados a seguir nesse item, é preciso considerar que alguns aspectos que poderiam ser geradores de conflitos em situação semelhante de implementação de aproveitamentos hidrelétricos não devem causar conflitos especificamente no caso da sub-bacia do rio Verde.

Entre esses potenciais conflitos que não devem aparecer no caso específico da sub-bacia do rio Verde, pode-se citar os seguintes: a) conflito gerado entre o setor elétrico e de abastecimento de água para serviços públicos, na medida em que não há previsão de abastecimento público de água a partir do rio Verde; b) conflito gerado em qualquer terra indígena ou quilombola, já que as mesmas não existem nas proximidades do rio Verde; c) conflito gerado com relação à perda de recursos minerais, já que não foram identificadas áreas de potencial minerário nas proximidades do rio Verde que poderiam ser afetados por empreendimentos; e d) conflito com populações urbanas, já que a única população urbana próxima ao rio Verde é da cidade de Água Clara, que não seria diretamente afetada por nenhum dos aproveitamentos inventariados.

A seguir são listados os aspectos que podem gerar conflitos caso não sejam adequadamente solucionados.

6.4.1 Prejuízo nos acessos viários

Trata-se de um conflito que poderia ocorrer caso a formação de reservatório previstos no inventário afetasse diretamente pontes e rodovias existentes, gerando conflitos relacionados à necessidade da população local de manter as vias de circulação regional atualmente utilizadas.

Para o caso das usinas inventariadas no rio Verde, esse conflito poderá ocorrer no aproveitamento mais baixo (onde há uma ponte na área de reflorestamento), e no trecho entre os aproveitamentos São Domingos e Verde 6, em uma ou outra ponte de madeira existente.

Deve-se enfatizar que as pontes existentes nas rodovias federais BR-262 (próximo à sede de Água Clara) e a BR-060 (entre Camapuã e Paraíso) não serão atingidas por nenhum dos aproveitamentos inventariados.

De qualquer modo, esse conflito, caso ocorra, deverá ser de pequena magnitude devido à fácil resolução, com a inclusão orçamentária na readequação das pontes em cada aproveitamento que venha a ser licenciado. Além disso, embora o tráfego de caminhões

pesados possa prejudicar as condições das estradas hoje existentes, o fato é que normalmente a implementação de obras de grande porte acarreta uma conseqüente expansão e melhoria das rodovias, usufruída pela população local e, inclusive, abordada em um dos questionários preenchidos durante o seminário de consulta pública.

- Atores Envolvidos nesse conflito potencial: prefeituras e população local x empreendedor.

6.4.2 Relocação compulsória da população

A inundação das terras agricultáveis devido à implementação de usinas hidrelétricas costuma demandar a relocação compulsória da população local, em especial de agricultores de pequenas propriedades que, apoiados por organizações de caráter nacional que trazem uma prática de muitos anos de resistência contra a implementação de empreendimentos do setor hidrelétrico como o MAB – Movimento dos Atingidos pelas Barragens, costumam entrar em conflito direto com empreendedores caso a situação não seja solucionada a contento.

Entretanto, conforme foi verificado no decorrer do presente estudo, esse conflito não deve ocorrer com grande magnitude na região já que os aproveitamentos dessa sub-bacia não afetariam grande número de agricultores, pois se trata de uma região com amplo predomínio da pecuária extensiva praticada em grandes propriedades que não seriam inviabilizadas pela formação de reservatórios, assim como há poucos residentes em áreas próximas ao rio Verde e seus principais afluentes.

- Atores Envolvidos nesse potencial conflito: população afetada e MAB x empreendedor

6.4.3 Desarticulação das relações sociais

Ao mesmo tempo em que a implementação de aproveitamentos hidrelétricos cria novas oportunidades de empregos diretos e indiretos, as empreiteiras acabam trazendo um contingente de trabalhadores (especializados e não) que habitarão os alojamentos e vilas residenciais, principalmente em locais distantes de qualquer núcleo urbano, como é o caso da maioria dos aproveitamentos inventariados na sub-bacia do rio Verde.

Além dos trabalhadores diretamente envolvidos nas obras, haverá uma atração de um contingente de prestadores de serviço e comerciantes autônomos significativo em regiões que até o momento são muito pouco habitadas.

Essa atração de população pode ocasionar um aumento de criminalidade (por parte de população atraída que não encontra serviço esperado), de atividades de caça e pesca ilegais (por parte de trabalhadores das obras) e de prostituição, gerando além do choque cultural entre os novos moradores e a população que mora no local hoje em dia, aumento da demanda por maior policiamento.

- Atores Envolvidos: população e organismos locais x população atraída pelo empreendimento

6.4.4 Insegurança quanto a investimentos futuros dos produtores a serem atingidos pelos empreendimentos

Como a maioria das áreas a serem afetadas por aproveitamentos previstos no inventário do rio Verde é ocupada por propriedades rurais de grandes extensões pertencentes principalmente a pecuaristas, aqueles que perceberem que terão terras e benfeitorias afetadas poderão se opor à implementação desses aproveitamentos para que a situação atual de ocupação e da sua atividade econômica não seja modificada.

Some-se a isso o fato de muitos deles alegarem desconhecimento do que será efetivamente afetado, desestimulando a efetuar investimentos originalmente previstos nas propriedades.

- Atores envolvidos: produtores da região (pecuaristas) x empreendedores

6.4.5 Alteração de potencial pesqueiro

Mesmo com reservatórios pequenos, a existência de barragens, vai alterar a composição da ictiofauna que hoje habita o rio Verde e seus principais tributários. Além disso, a transformação de ambientes lóticos em lênticos também altera por si só a composição ictiofaunística, já que algumas espécies de peixes se adaptam melhor do que outras a essas modificações.

Deve-se ressaltar que embora a bacia seja muito pouco habitada, foram identificados alguns locais de pesca de lazer (“ranchos” de pesca) utilizados pela população dos municípios da região, que se desloca para esses ranchos e passam alguns dias de folga pescando.

Desse modo, a alteração do potencial pesqueiro, incluindo a existência de maiores restrições em alguns casos com a implementação da área de preservação permanente entorno do reservatório, poderá gerar conflitos entre pescadores da região e

empreendedores do setor elétrico, principalmente nas fases de licenciamento ambiental, quando todas essas questões emergem.

Deve-se ressaltar que não foi identificada a existência de pesca profissional na sub-bacia do rio Verde, mas sim de lazer.

Além dos pescadores, instituições de pesquisas e entidades ambientalistas podem aderir a essa causa e confrontar com a inserção de aproveitamentos hidrelétricos

- Atores Envolvidos: pescadores, instituições de pesquisa e entidades ambientalistas x Empreendedor

6.4.6 Interferência com micro-usinas existentes

Durante a elaboração dos estudos, foi identificada a existência de micro-usinas destinadas ao auto-consumo de energia em alguns pequenos afluentes próximos ao rio Verde ou até mesmo em seu curso principal que poderão ser afetados por alguma das usinas inventariadas no rio Verde.

Desse modo, esse aspecto pode ser um gerador de conflitos entre os proprietários dessas micro-usinas que fazem uso de sua energia e os empreendedores. Entretanto, é importante salientar que qualquer aproveitamento de recurso hídrico para geração de energia é uma concessão, regulamentada pela Agência Nacional de Energia Elétrica que deverá intermediar e dar a solução a esse conflito.

- Atores Envolvidos: proprietários das micro-usinas x empreendedor

6.4.7 Sobrecarga da infraestrutura de saúde

O aumento de demanda pelo atendimento de saúde pela população atraída poderá ocasionar sobrecarga dos serviços existentes de saúde dos municípios da sub-bacia do rio Verde com a conseqüente queda do padrão de atendimento que já não é dos melhores conforme foi diagnosticado.

Desse modo, caso a inserção de aproveitamentos hidrelétricos não seja acompanhada com programas na área de saúde, poderão ocorrer conflitos entre a população local e os órgãos públicos de saúde (municipais e estaduais) com os empreendedores.

- Atores Envolvidos: população local e órgãos públicos de saúde x empreendedor

6.4.8 Perda de cobertura vegetal

Embora esse aspecto seja associado a um impacto e não a um conflito, a perda de cobertura vegetal com rebatimento sobre a fauna associada representa um dos aspectos que tradicionalmente gera conflito entre entidades ambientalistas e empreendedores. Durante conflitos dessa natureza, normalmente as entidades ambientalistas aproveitam dessa questão para levantarem questões inclusive contra a matriz energética brasileira, baseada na hidroeletricidade.

Ressalta-se que no caso específico da bacia do rio Verde, não foram identificadas, durante a elaboração do presente estudo, a existência de ONGs que atuem exclusivamente nessa região. Entretanto, não se deve descartar esse conflito, pois em muitos casos as ONGs acabam atuando em áreas onde não estão sediadas e aproveitam o fórum de discussão legalmente estabelecido, como as audiências públicas, para abordarem essas questões.

- Atores Envolvidos: ONGs e instituições de pesquisa x empreendedores, ANEEL e Ministério de Minas e Energia

A seguir é apresentada uma matriz de todos esses aspectos, causas e atores potencialmente em conflito com a inserção de aproveitamentos hidrelétricos no caso da sub-bacia do rio Verde.

Tabela 6.4.1 – Matriz de Conflitos em Potencial

Aspecto	Causa	Atores em conflito com o empreendedor e o setor elétrico
Prejuízo nos acessos viários	Obra e formação de reservatórios	Prefeituras e população local
Relocação compulsória da população	Formação de reservatórios	População afetada e MAB
Desarticulação das relações sociais	Atração de mão de obra	População e organismos locais
Insegurança quanto a investimentos futuros dos produtores a serem atingidos pelos empreendimentos	Formação de reservatórios	Produtores da região (pecuaristas)
Alteração de potencial pesqueiro	Mudança de ambiente aquático	Pescadores, instituições de pesquisa e entidades ambientalistas
Interferência com micro-usinas existentes	Formação de reservatórios	Proprietários das micro-usinas
Sobrecarga da infraestrutura de saúde	Atração de mão de obra	População local e órgãos públicos de saúde
Perda de cobertura vegetal	Formação de reservatórios	ONGs e Instituições de Pesquisa

6.5 INTERFERÊNCIAS EM PLANOS, PROGRAMAS E PROJETOS

Durante a elaboração do presente estudo, após levantamento realizados em diversos órgãos governamentais e poder público municipais, seja através das reuniões citadas no presente capítulo, seja através de uma busca apurada em jornais e, principalmente, na rede mundial de computadores (Internet), verificou-se que a implementação de aproveitamentos hidrelétricos na sub-bacia do rio Verde não causa interferência direta em planos, programas e projetos específicos nessa região.

As principais entidades de classe localizadas nos municípios da sub-bacia do rio Verde e identificadas no presente estudo e citadas no item 5.3.10 do capítulo 5 referem-se às atividades agropecuárias e não apresentaram formalmente alguma restrição à implementação de aproveitamentos hidrelétricos em um nível macro.

Os cinco municípios pertencentes à sub-bacia do rio Verde pertencem a três Regiões de Desenvolvimento – RDs distintas: Água Clara, Três Lagoas e Brasilândia fazem parte da RD Bolsão, Camapuã faz parte da RD Norte enquanto Ribas do Rio Pardo é um dos municípios da RD Central, juntamente com Campo Grande, capital do Estado. Em nenhuma delas foi constatada a existência de um plano ou programa que tivesse interferência direta com o rio Verde.

Outra divisão consagrada refere-se às Regiões Administrativas, onde também não foi constatada a existência de qualquer plano ou programa que pudesse interferir na sub-bacia do rio Verde. Quatro do cinco municípios da sub-bacia do rio Verde pertencem à Microrregião Três Lagoas: Água Clara, Brasilândia, Ribas do Rio Pardo e Três Lagoas. Somente Camapuã é que pertence à outra microrregião, Alto Taquari.

Não há um Comitê da Sub-bacia do rio Verde constituído, fato que explica a falta de programas que tivessem o caráter de integrar os municípios em torno dessa sub-bacia.

A antiga Secretaria de Estado de Planejamento e de Ciência e Tecnologia (atual SEMAC) do Governo do Mato Grosso do Sul entre 1999 e 2006 realizou oficinas municipais em cada um dos 77 municípios da época com objetivo de criar competência técnica municipal em planejamento do desenvolvimento regional através da incorporação de conceitos de desenvolvimento e técnicas de planejamento participativo. Os resultados, apresentados no item 5.3.10 do presente estudo, demonstraram que o planejamento de aproveitamentos

hidrelétricos não conflita com as potencialidades identificadas e tampouco está relacionado com os problemas diagnosticados.

Enfim, a proposta de implementar aproveitamentos hidrelétricos não conflita com planos, programas e projetos que possam ter papel estruturante na sub-bacia do rio Verde.